



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça

quarta-feira, 26 de agosto de 2020

Ano V - Edição nº 00776 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça publica



Pc da Bandeira | 0 | Centro | Várzea da Roça-Ba

varzeadaroca.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
9D810C771B389039115827FC144C0868

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça

SUMÁRIO

- PORTARIA Nº 106/2020, DE 26 DE AGOSTO DE 2020
- DECRETO MUNICIPAL Nº 132/2020 DE 26 DE AGOSTO DE 2020
- DECRETO MUNICIPAL Nº 133/2020, DE 26 DE AGOSTO DE 2020
- DECRETO MUNICIPAL Nº 134/2020, DE 26 DE AGOSTO DE 2020
- DECRETO MUNICIPAL Nº 135/2020, DE 26 DE AGOSTO DE 2020 “DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NA PREVENÇÃO DO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA ROÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça

Portaria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA
CNPJ 13.896.758/0001/00

PORTARIA Nº 106/2020, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

“Dispõe sobre a concessão de Licença para Atividade Política a servidora pública do Poder Executivo, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com amparo no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Várzea da Roça.

CONSIDERANDO o pedido de licença para Atividade Política (desincompatibilização), feito por ELENI OLIVEIRA SOUSA, servidora pública municipal, admitida em 09 de abril de 2018, investida no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Infraestrutura;

CONSIDERANDO as disposições constantes da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como as disposições das Resoluções do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, que tratam das eleições municipais;

CONSIDERANDO que a jurisprudência impede ao Poder Executivo, ante a intempestiva formalização do requerimento de desincompatibilização, negar a servidora a ele subordinada o direito de obter licença remunerada para concorrer a dito cargo;

CONSIDERANDO o v. acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais: EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - ELEIÇÕES 2012 - SERVIDOR PÚBLICO CANDIDATO A VEREADOR - DESINCOMPATIBILIZAÇÃO - AFASTAMENTO REMUNERADO. Em sendo da Justiça Eleitoral a exclusiva competência de deliberar acerca da condição de elegibilidade do candidato a cargo público eletivo e do exato cumprimento das exigências da Lei Complementar n.º 64/90, não cabe à autoridade administrativa, sobretudo a pretexto de insustentável alegação (à luz do art. 20, § 5º, da Res. TSE n.º 23.373/11) de intempestiva formalização do requerimento de desincompatibilização, negar ao servidor a ele subordinado o direito de obter licença remunerada para concorrer a dito cargo, o que, em última análise, implica abominável obstáculo ao exercício de direito constitucionalmente assegurado ao cidadão. (TJMG - Ap Cível/Reex Necessário 1.0034.12.004188-3/001, Relator(a): Des.(a) Peixoto Henriques, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/11/2017, publicação da súmula em 20/11/2017);

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça - Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA
CNPJ 13.896.758/0001/00

CONSIDERANDO que a regularidade do afastamento fica condicionada a comprovação e à manutenção da candidatura, devendo a servidora, para tanto, proceder à juntada, no respectivo processo administrativo, até o dia 15 de novembro de 2020, de certidão expedida pela Justiça Eleitoral que ateste a homologação do registro de candidatura;

CONSIDERANDO, por fim, que o presente ato administrativo não ostenta desvio de poder, nem se apresente descompassado de motivação e de finalidade, conforme os princípios elencados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública **ELENI OLIVEIRA SOUSA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 2661, portadora do RG nº 04.807.034-34, inscrita no CPF nº 869.833.345-15, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Infraestrutura, Licença para Atividade Política remunerada, até 15 de novembro de 2020. a título de desincompatibilização, para concorrer a cargo eletivo.

Parágrafo único – Determinar ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - A Presente Portaria deverá ser publicada na forma prevista na Legislação Municipal em vigor, e deverá ser afixada em local próprio na sede da Prefeitura Municipal de Várzea da Roça.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando suas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea da Roça, aos 26 dias do mês de agosto de 2020.

LOURIVALDO SOUZA FILHO

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça

Decreto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA
CNPJ 13.896.758/0001/00

DECRETO MUNICIPAL Nº 132/2020 DE 26 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre condutas vedadas aos agentes públicos e suspensão de propaganda e publicidade institucional dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, no período pré-eleitoral de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DE VÁRZEA DA ROÇA – ESTADO DA BAHIA, no exercício da competência prevista pela Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto no art. 73, inciso VI, alínea 'b', da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, bem como o disposto na Emenda Constitucional nº 107;

CONSIDERANDO que a atual Administração Municipal tem como premissa o cumprimento da legislação eleitoral, sobretudo, para evitar a prática de condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos no pleito eleitoral vindouro e, também, em observância ao quanto estabelecido na Lei Federal nº 9.504/97 e nas Resoluções do TSE pertinentes;

CONSIDERANDO a ocorrência de dúvidas por parte dos agentes públicos, de todos os níveis, quanto à aplicação da legislação eleitoral voltada para a Administração Pública e a necessidade de disciplinar a atuação dos agentes públicos da Administração Municipal durante o período eleitoral, resguardando-a da prática de qualquer conduta vedada;

CONSIDERANDO a alteração da data das eleições e dos prazos eleitorais realizada pela Emenda Constitucional nº 107, por força da Pandemia da COVID-19;

DECRETA:

SEÇÃO I **Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos**

Art. 1º - São proibidas aos agentes públicos do Município de Araci, as seguintes condutas:

I – A partir de 15 de agosto de 2020:

- a)** Ceder ou usar, em benefício de pré-candidato, candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração direta, indireta ou fundacional, como linhas telefônicas, e-mails, veículos, material de expediente e assemelhados, ressalvada a utilização de espaço público para a realização de convenção partidária;
- b)** Usar materiais ou serviços, custeados por este Município, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e nas normas dos órgãos e das entidades que integram;
- c)** Ceder servidor ou empregado público da Administração direta, indireta ou fundacional, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA

CNPJ 13.896.758/0001/00

político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver em gozo de férias ou licenciado;

d) Fazer ou permitir uso promocional, em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados por este Município;

e) A distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte dos órgãos e das entidades da Administração direta, indireta e fundacional, exceto nos casos de calamidade pública, de situação de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa;

f) Durante o horário de expediente, fazer qualquer menção a candidaturas, ou promessa com fins eleitorais, bem como solicitar votos;

g) Promover reuniões com fins eleitorais dentro dos órgãos públicos, em horário de expediente ou fora dele;

h) Suspender as aulas ou liberar os estudantes, bem como, os servidores municipais para participarem de eventos políticos;

i) Dar, oferecer ou prometer bens ou vantagens ao eleitor para obtenção de votos;

j) Em horário de expediente, participar de evento político, permanecer em comitês de candidatos e/ou coligações, ou usar qualquer indumentária ou espécie de propaganda de candidato;

k) A distribuição e afixação de qualquer material de propaganda eleitoral nas dependências de quaisquer prédios públicos pertencentes a este Município.

II – Até 15 de agosto de 2020, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos exercícios de 2017, 2018 e 2019;

III – A partir do dia 04 de abril de 2020 até a posse dos eleitos, fazer revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo no decorrer do exercício de 2020;

IV – A partir de 15 de agosto de 2020 até a posse dos candidatos eleitos:

a) Nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, de ofício, remover, transferir ou exonerar servidor público, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 15 de agosto de 2020; e a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Municipal;

V – A partir de 15 de agosto de 2020 até a data da eleição:

a) Com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral, bem como a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA
CNPJ 13.896.758/0001/00

municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia.

b) Fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

c) Contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos, na realização de inaugurações de obras públicas;

d) A qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas.

Parágrafo único - Para os efeitos do presente Decreto, considera-se agente público, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.

Art. 2º - São proibidas a todos os servidores públicos as seguintes condutas:

I - Divulgar, publicar, promover, ou usar em qualquer de suas formas, a marca do Governo Municipal de Várzea da Roça - Bahia, bem como o slogan da administração;

II - Usar materiais ou serviços, custeados por este Município, ou qualquer outro meio que estampa a marca/slogan da administração, incluindo, vestimentas, roupas de qualquer espécie, fardas, adesivos em bens móveis e/ou imóveis, e veículos oficiais em geral.

Art. 3º - Compete aos Secretários Municipais fiscalizar e determinar a retirada/cobertura de slogans e símbolos de governo:

I - Dos impressos oficiais (ex: papéis timbrados em geral, blocos de notas, receiptários médicos e etc);

II - Dos documentos eletrônicos oficiais (ex: Diário Oficial, Contas Públicas e demais arquivos encaminhados por meio eletrônico);

III - Dos veículos oficiais e das repartições públicas;

IV - Dos fardamentos dos servidores municipais;

V - Das placas de projeto de obras projetos de obras ou de obras de que participe o Município.

VI - Do sítio eletrônico oficial do Município;

VII - Das notícias, fotografias, inclusive, as que contenham destaque de agentes públicos, bem como, reportagens sobre atos, programas, obras, serviços, divulgação de campanhas, programas dos órgãos públicos e demais melhorias públicas realizadas na gestão municipal no sítio eletrônico oficial do Município e/ou na rede mundial de computadores.

Art. 4º - Fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

Art. 5º - Fica proibido aos servidores públicos da Administração direta e indireta lotados neste Município dar, oferecer ou prometer bens ou vantagens ao eleitor para obtenção e votos.

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA

Art. 6º - Fica proibido a qualquer servidor, em horário de expediente, participar de evento político, permanecer em comitês de candidato e/ou coligação ou usar qualquer indumentária ou espécie de propaganda de candidato, em especial:

§1º - Fica proibido aos servidores da limpeza pública a utilização, durante a jornada de trabalho, de qualquer espécie de propaganda de candidato.

§2º - Fica proibido aos profissionais da área médica, quando do atendimento dos munícipes, fazer qualquer menção a candidaturas, solicitar votos ou efetuar qualquer promessa com fins eleitorais.

§3º - Fica proibido a qualquer profissional da área de educação promover reuniões com fins eleitorais dentro dos estabelecimentos de ensino, bem como, dispensar das aulas os estudantes para participarem de eventos políticos.

Art. 7º. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público ou que a ele pertençam, inclusive automóveis de propriedade do município ou locados e afins, é vedada a pichação, inscrição a tinta, a veiculação de propaganda eleitoral e/ou a colagem de adesivos e outros assemelhados.

Art. 8º - O agente público que tiver ciência de alguma irregularidade prevista neste Decreto deverá adotar as providências cabíveis para suspender a conduta vedada, bem como identificar o infrator e comunicar tal fato à Administração, para a apuração da responsabilidade do responsável, nos termos da legislação vigente.

Art. 9º - O descumprimento do disposto neste Decreto sujeitará o responsável a procedimento administrativo disciplinar, sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, eleitoral ou administrativo fixadas pelas demais leis vigentes.

Art. 10 - As condutas enumeradas neste decreto artigo caracterizam ainda atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial às cominações do art. 12, inciso III.

SEÇÃO II

Da Suspensão de Publicidade Institucional

Art. 11 - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e das entidades da Administração direta, indireta e fundacional deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos, imagens ou expressões que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 12 - Fica suspensa, durante o período eleitoral, a veiculação, distribuição, exibição ou exposição ao público de peças e material de publicidade institucional, a partir de 15 de agosto de 2020 até a data da eleição.

§ 1º - Fica suspensa, durante a que se refere este artigo, toda e qualquer forma de aplicação da marca/slogan do Governo Municipal, em propaganda/publicidade ou em outra espécie de comunicação publicitária.

§ 2º - A suspensão prevista neste artigo se estende à divulgação dessa marca/slogan em quaisquer suportes utilizados como meios de divulgação da Administração Municipal em impressos oficiais, em documentos eletrônicos oficiais, no Diário Oficial do Município, em

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA

CNPJ 13.896.758/0001/00

veículos oficiais, em repartições públicas, em fardamentos dos servidores municipais, no sítio eletrônico oficial do município e/ou na rede mundial de computadores.

§ 3º - Devem ser retirados das propriedades digitais (sítios, portais, perfis nas redes sociais, aplicativos móveis etc.) deste Município na internet, durante o período eleitoral, a marca mencionada no art. 2º e no §1º, do art.12 deste Decreto e tudo que possa constituir sinal distintivo de ação de publicidade objeto de controle da legislação eleitoral.

§ 4º - Caso tenha sido solicitada ou estabelecida para outros entes públicos ou privados a divulgação, em suas propriedades digitais, da marca referida no parágrafo anterior, *slogans* e de elementos que possam constituir sinal distintivo de ação de publicidade do Poder Executivo Municipal, cumpre ao respectivo órgão ou entidade diretamente responsável solicitar, oficial e tempestivamente, sua retirada e obter comprovação clara e inquestionável de que solicitou tal providência àqueles entes para, se necessário, fazer prova junto à Justiça Eleitoral.

SEÇÃO III

Das Placas de Obras ou de Projeto de Obras

Art. 13 - As placas de projetos de obras ou de obras de que participe este Município, direta ou indiretamente, devem ser alteradas para exposição durante o período eleitoral.

Parágrafo único - A alteração prevista neste artigo consistirá na retirada ou na cobertura da marca mencionada no art. 2º e no §1º, do art.12 deste Decreto.

Art. 14 - Faculta-se a retirada da placa, como alternativa ao disposto no art. 13, se for mais conveniente aos órgãos e entidades, cuja marca ou assinatura esteja estampada na placa.

Parágrafo único - A alternativa de retirada da placa, prevista neste artigo, não se aplica às placas destinadas a divulgar informações obrigatórias, nos moldes das previstas no art. 16 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, no art. 14 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, ou em outras normas correlatas.

Art. 15 - Nos casos em que a placa tenha sido instalada:

I - Por agentes do Poder Executivo Municipal, da Administração direta ou indireta, caberá aos respectivos órgãos ou entidades promover, tempestivamente, a retirada ou a cobertura da marca, a retirada da placa, conforme for mais conveniente;

II - Por outro ente público ou privado, em obediência a termos de contrato, convênio, parceria ou ajustes similares, caberá ao órgão ou entidade responsável, oficial e tempestivamente, solicitar a retirada ou cobertura da marca, ou propor a retirada da placa, e obter comprovação inequívoca de que solicitou tais providências àqueles entes para, se necessário, fazer prova junto à Justiça Eleitoral.

SEÇÃO IV

Das Solicitações de Propaganda/ Publicidade Institucional

Art. 16 - As Secretarias Municipais deverão submeter ao Chefe do Poder Executivo, mediante ofício, todas as solicitações de propaganda/publicidade institucional relacionadas a grave e

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA

CNPJ 13.896.758/0001/00

urgente necessidade pública, que se destinem a veiculação, distribuição, exibição ou exposição de informações, mensagens a população com o uso do nome do Município.

§ 1º - As solicitações, enviadas ao Chefe do Poder Executivo, devem estar acompanhadas:

I - De informações que demonstrem clara e objetivamente a grave e urgente necessidade pública da publicidade a ser realizada;

II - Das respectivas peças e material de publicidade, em duas vias, sob a forma de roteiro, lay out, *storyboard*, protótipo, 'monstro', *animatic* ou, quando for o caso, de exemplar da peça ou material.

III - Da quantidade de exemplares, peças e periodicidade da propaganda/publicidade.

§2º - O Chefe do Poder Executivo deliberará sobre a solicitação de propaganda/publicidade institucional, que só poderá ser veiculada, exibida ou exposta na forma aprovada pela Justiça Eleitoral.

SEÇÃO V Das disposições finais

Art. 17 - O Chefe do Poder Executivo poderá editar orientações complementares destinadas ao cumprimento no disposto neste Decreto.

Art. 18 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e perderá sua vigência ao término do ano eleitoral.

Gabinete do Prefeito do Município de Várzea da Roça, em 26 de agosto de 2020.

LOURIVALDO DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça

Decreto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA
CNPJ 13.896.758/0001/00

DECRETO MUNICIPAL Nº 133/2020, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

Exonera a Sra. Lorena de Oliveira Rios Neris, do cargo de Assessor Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Várzea da Roça – Bahia.

DECRETA:

Art. 1º - Fica por este ato exonerada, a senhora **LORENA DE OLIVEIRA RIOS NERIS**, do cargo de Oficial de Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Várzea da Roça, em 26 de agosto de 2020.

LOURIVALDO DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

Publique-se, Registre-se e Comunique-se.

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça

Decreto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA
CNPJ 13.896.758/0001/00

DECRETO MUNICIPAL Nº 134/2020, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

Exonera a Sra. Fabiana Araújo de Sousa, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Várzea da Roça – Bahia.

DECRETA:

Art. 1º - Fica por este ato exonerada, a senhora **FABIANA ARAÚJO DE SOUSA**, do cargo de Encarregado de Fiscalização Geral da Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente, com vinculação hierárquica a Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Várzea da Roça, em 26 de agosto de 2020.

LOURIVALDO DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

Publique-se, Registre-se e Comunique-se.

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça

Decreto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA
CNPJ 13.896.758/0001/00



DECRETO MUNICIPAL Nº 135/2020, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NA PREVENÇÃO DO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA ROÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Várzea da Roça e em cumprimento às normas infraconstitucionais vigentes que lhe confere o cargo:

CONSIDERANDO que o Município de Várzea da Roça está utilizando todos os recursos humanos necessários para proteger a população varzeana do contágio pela COVID-19;

CONSIDERANDO a queda de arrecadação gerada pelo fechamento das indústrias, do comércio e dos serviços nos âmbitos do Município, do Estado e do País;

CONSIDERANDO que servidores lotados nas demais secretarias do Município de Várzea da Roça estão sendo deslocados para o combate ao contágio pelo coronavírus em nosso território;

CONSIDERANDO que o Município de Várzea da Roça se encontra em calamidade pública, reconhecida pela Assembleia Legislativa da Bahia pelo Decreto Legislativo nº 2392, de 23 de abril de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 172/2020, de 15 de abril de 2020, estabelece regras e medidas para a utilização dos saldos financeiros constantes dos Fundos Municipais de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o pagamento dos servidores lotados em outras secretarias municipais, com os recursos do Fundo de Saúde, conforme determinado pela Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020.

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA
 CNPJ 13.896.758/0001/00



Parágrafo único – Farão jus ao pagamento com estes recursos, os servidores que foram designados em escalas de serviços ou plantões para compor a equipe de prevenção e contenção ao COVID-19 no Município de Várzea da Roça, após a apresentação da folha de frequência assinada, de relatório do chefe imediato do servidor comprovando sua efetiva participação da equipe epidemiológica e da coordenadora da vigilância da Secretaria Municipal de Saúde do Município.


Art. 2º - Os Guardas Municipais relacionados abaixo estão trabalhando diretamente nas barreiras sanitárias e nas rondas ostensivas para o cumprimento da quarentena.

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
ADAILTON OLIVEIRA RIOS	364	RONDA GERAL
ADEMIR MACHADO DA SILVA	365	RONDA COVID
ADEVAN FERREIRA DA CRUZ	363	RONDA COVID
ANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA	362	RONDA COVID
AGNALDO XAVIER DE OLIVEIRA	361	RONDA GERAL
ANTENOR ENES SILVA REIS	360	RONDA GERAL
AURELIANO FERREIRA DA CRUZ	325	RONDA COVID
CLÁUDIO MARCELO DE A. OLIVEIRA	2702	HOSPITAL
ELMO CINTRA DA COSTA	371	HOSPITAL
EMERSON REIS DA SILVA	368	HOSPITAL
FÁBIO SAMPAIO DE OLIVEIRA	373	GARAGEM
FLORISVALDO SANTOS SILVA	372	RONDA COVID
JAIDI OLIVEIRA CONSTANTINO	2598	RONDA COVID
JANAELSON DE SOUZA TRINDADE	376	RONDA/COVID
JOHN ELTON PALMEIDA CARNEIRO	2599	HOSPITAL
JOHNNY CRUZ DE OLIVEIRA	2596	RONDA COVID
JOSÉ CARDOSO DE SOUZA	2700	HOSPITAL
LUCIANO RIOS FERREIRA	2703	RONDA/COVID
MANUEL CARLOS NUNES DE OLIVEIRA	2600	RONDA/COVID
PEDRO MOTA DE A. JUNIOR	2701	HOSPITAL
RENATO FERREIRA DA CRUZ	2597	GARAGEM
RENAILTON OLIVEIRA DA SILVA	333	RONDA COVID
RENILDO RIOS ALMEIDA	379	RONDA COVID
RIVAEAL RIOS SILVA	380	RONDA COVID
SEVERINO JOSÉ DOS SANTOS	2601	PSF MORADA NOVA
VALDIR DA CRUZ ROCHA	382	VÁRZEA DO MEIO
VANDILSON LOMES DE OLIVEIRA	2704	RONDA/COVID

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia

Prefeitura Municipal de Várzea da Roça



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA 
CNPJ 13.896.758/0001/00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da contaminação pelo Coronavírus, produzindo efeitos retroativos a 03 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea da Roça, aos 26 dias do mês agosto de 2020.

LOURIVALDO SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Praça da Bandeira nº 125, Centro - Várzea da Roça – Bahia